



CONSULTA

Aquisição de Equipamento Informático

LEÇA DA PALMEIRA, NOVEMBRO DE 2018

1. OBJETO

A presente consulta enquadra-se no âmbito do PO Competitividade e Internacionalização, OT 3 – Reforçar a Competitividade das PME, PI 3.3 e TI53 – Qualificação e Inovação das PME

Neste quadro o atual procedimento tem por objeto a aquisição do equipamento informático melhor identificado no ponto 4.

2. PRAZO DE EXECUÇÃO

A compra do equipamento em causa será realizada no mês de dezembro de 2018.

3. PREÇO BASE

O preço base é de 5.535,00 € (cinco mil quinhentos e trinta e cinco euros) com IVA incluído à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

O equipamento informático deverá ter as seguintes características mínimas:

Código	Descrição	Quant.
3DP55EA	HP ProBook 450 G5 Notebook PC 3DP55EA	2
UK703E	HP 3 year Next Business Day Onsite Hardware Support for Notebooks	2
QY778AA	HP USB 1000dpi Laser Mouse QY778AA	2
WZ972AA	HP Classic Keyboard WZ972AA	2
X7R61AA	HP Monitor Prodisplay 21.5" P223	4
JY-00004 V2	MS Surface PRO i5 256G disk 8G ram 12" W10P + Type Cover	2
	Surface USB-C to DisplayPort Adapter	2
A9W-00007	Comm EHS 3YR Warranty EUR Surface Pro	2
3YJ-00011	MS Keyboard Surface Bluetooth CMMR SC PT	2
KGZ-00036	MS Surface Mobile Mouse Bluetooth Platinum	2

5. FORMA DA PROPOSTA

A Proposta deve ser entregue em suporte papel ou pela via eletrónica em ficheiro tipo pdf, que permita a leitura sem restrições tecnológicas.

A Proposta deve ser redigida em língua portuguesa, deverá ser acompanhada por *dossier*, no qual a empresa apresentará a seguinte informação:

- a) Preço expresso em euros, por extenso e algarismos, com inclusão do IVA. Em caso de dúvida ou discordância, prevalecerá o valor indicado por extenso (o valor da proposta deve incluir honorários, deslocações e eventuais custos de comunicações);
- b) Condições de pagamento (ver ponto 7.);
- c) Especificações técnicas.

6. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

A Proposta deve ser instruída com os seguintes documentos:

- a) Declaração comprovativa de que não se encontra em dívida ao Estado Português por impostos liquidados nos últimos três anos.
- b) Documento comprovativo de que se encontra regularizada a sua situação relativamente às contribuições para segurança social em Portugal.
- c) Documento comprovativo da última entrega da declaração periódica de rendimentos, para efeitos de IRC.
- d) Certidão do registo comercial;

7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Para efeitos de pagamento, o adjudicatário deve apresentar à entidade adjudicante a correspondente fatura com uma antecedência, mínima de 70 dias em relação à data do respetivo vencimento.

A fatura deverá ser emitida em nome da AEP - Associação Empresarial de Portugal, com referência ao documento que lhe deu origem (Encomenda de Compra).

8. APRESENTAÇÃO E PRAZO DA PROPOSTA

A Proposta bem como os documentos que a acompanham podem ser entregues na AEP – Associação Empresarial de Portugal, até às 18h00 do dia 30 de novembro de 2018, em envelope fechado, dirigido a:

AEP – Associação Empresarial de Portugal
Serviço de Compras
Edifício de Serviços – Av. Dr. António Macedo, 196
4450-617 Leça da Palmeira

Ou, em alternativa, por correio eletrónico, até às 23h59 do dia 30 de novembro de 2018 para o endereço Compras@aeportugal.pt, fazendo referência à identificação da presente consulta.

A proposta considerar-se-á válida e inalterada em todas as suas condições por um período de 20 dias úteis contados desde a data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

9. REQUISITOS RELATIVOS À SEGURANÇA E PROTEÇÃO DE DADOS

1. As partes obrigam-se a cumprir, nos seus precisos termos, o disposto na legislação nacional e comunitária relativa à proteção da privacidade e de dados pessoais, nomeadamente o Regulamento Geral Sobre a Proteção de Dados (Regulamento (EU) 2016/679, de 27 de abril).
2. A entidade adjudicatária obriga-se ainda, durante a vigência do contrato e após a sua cessação, a respeitar a confidencialidade sobre todos os dados pessoais e quaisquer elementos ou informações que lhe tenham sido confiados pela contraparte ou de que tenha tido conhecimento, por força da adjudicação do presente procedimento, na estrita observância das instruções emitidas pela AEP e da legislação aplicável.
3. A entidade adjudicatária garante a segurança e proteção de dados, através do estabelecimento de uma política de segurança, de controlos adequados e de gestão de riscos.
4. Sempre que a relação contratual implique a subcontratação, deve ser garantido pelo cocontratante, sucessivamente, que terceiros que envolva na execução do contrato, respeitem as obrigações de sigilo e confidencialidade, bem como as relativas à proteção jurídica de bases de dados e ao tratamento de dados pessoais, nos termos legalmente previstos na legislação à proteção de dados pessoais, designadamente as constantes do artigo 28.º do Regulamento Geral Sobre Proteção de Dados. As obrigações previstas na presente cláusula são aplicáveis no caso de cessão da posição contratual.